

GLAUCIO JOSÉ D' AGOSTIN

O PLANO CRUZADO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Claus Magno Germer

**Curitiba
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

GLAUCIO JOSÉ D' AGOSTIN

PLANO CRUZADO

Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, avaliada pela seguinte banca examinadora.

Orientador: _____



Claus Magno Germer



Igor Zanoni Constant Carneiro Leão



Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho

Sumário

Lista de Tabelas e Gráficos	iii
Introdução	1
1 Base Teórica: Teorias Sobre Inflação	2
1.1 Tipos de Inflação	3
1.1.1 Inflação de Demanda	3
1.1.2 Inflação de Custos	4
1.1.3 Inflação Estrutural	5
1.1.4 Teoria Quantitativa da Moeda	6
1.2 Inflação Inercial	7
2 Inflação no Brasil	10
3 Antecedentes Imediatos do Plano Cruzado	15
3.1 A Experiência Argentina	18
3.2 A Experiência de Israel	19
4 Concepção do Plano Cruzado	20
4.1 O Congelamento de Preços	23
4.2 O Cruzado II	26
4.3 O Fim do Plano Cruzado	27
5 Conclusão	31
Referências Bibliográficas	33

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1	Taxa Anual de Inflação no Brasil	11
Tabela 2	Índices de Preços do Período 1985/86 no Brasil	16
Tabela 3	Principais Produtos e Serviços com Preços Administrados. Variações Mensais e Acumuladas para 1985. Período 1985/86	17
Gráfico 1	Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Plano Cruzado e Plano Bresser	30

Resumo

Análise do Plano Cruzado, de estabilização econômica, implantado no Brasil em fevereiro de 1986 e das diferentes teorias sobre inflação, especialmente a teoria da inflação inercial, onde a capacidade de auto-propagação da inflação ocorre pela indexação dos preços que realimentam a inflação futura. Discorre-se sobre os diversos momentos inflacionários brasileiros no período de 1964 a 1986 com as respectivas políticas adotadas em busca da estabilização econômica. A ineficiência das políticas ortodoxas de combate a inflação conduziram à concepção e implantação do Plano Cruzado por meio de um choque heterodoxo com congelamento de preços e do câmbio, substituição do padrão monetário e recomposição salarial. O início do Plano Cruzado revelou o anseio da nação em viver numa economia estável, a qual aderiu ao Plano. A demanda expandiu de forma muito rápida gerando escassez de determinados produtos, devido ao aumento do poder aquisitivo e porque alguns preços foram congelados sem que tivessem sido alinhados, minando a estrutura do Plano Cruzado. O primeiro ajuste veio em julho de 1986, na forma de um pacote fiscal (Cruzadinho) que logo se mostrou ineficaz. Após as eleições de novembro de 1986 o governo implantou o Cruzado II, com um descongelamento de preços, causando a volta da inflação e culminando com o fracasso do Plano Cruzado.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência de estabilização realizada no Brasil a partir de fevereiro de 1986, considerando principalmente a questão do congelamento de preços, suas implicações e os motivos que não permitiram ao Plano Cruzado ter continuidade.

Será feito um retrospecto sobre a inflação no país, a partir dos anos 60 e do regime militar, bem como das medidas adotadas no período buscando a estabilização, passando pelos anos 70 para se chegar à década de 80, onde o presente estudo se concentra. Esse período foi marcado por crises e recessões e pelo rompimento das políticas ortodoxas em favor da heterodoxia que conduziu ao Cruzado após o diagnóstico de que a inflação apresentava um caráter inercial.

Nos anos 80, mudanças profundas ocorreram na economia e na política do Brasil, principalmente após março de 1985 com a instalação da Nova República representando o fim do governo militar e a busca de novos rumos para a nação.

A estruturação da monografia se dará em cinco capítulos. No primeiro serão analisados os principais tipos e teorias sobre a inflação e as conseqüências decorrentes dos processos inflacionários. Dentre os tipos de inflação, destaca-se a teoria da inflação inercial, cujo combate levou a concepção do Plano Cruzado. O capítulo dois abordará o processo inflacionário no Brasil a partir dos anos 60 e principalmente na década de 80 com os respectivos desdobramentos. No capítulo seguinte descreve-se os antecedentes imediatos do Plano Cruzado, como a Nova República e o início do governo Sarney, além das experiências heterodoxas da Argentina e de Israel.

No capítulo quatro destaca-se a concepção do Plano e sua implantação. Serão analisadas as principais medidas, como o congelamento de preços e também suas limitações, o que conduziu ao Cruzado II, e posteriormente o fim do Plano de Estabilização. O capítulo cinco compreende as conclusões da monografia.

1. Base Teórica: Teorias Sobre Inflação

A inflação é o processo de aumento generalizado dos preços dos bens e serviços transacionados na economia, resultando em uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Pode-se dizer que a inflação é um fenômeno característico das economias capitalistas desenvolvidas ou subdesenvolvidas, quando as economias também passam a apresentar taxas relativamente altas de desemprego e capacidade ociosa. A inflação pode ser medida através de um índice geral de preços que deve representar não apenas uma categoria específica de produtos, mas ao contrário, precisa incluir um conjunto de produtos e serviços.

A inflação é causa de sérios distúrbios econômico-sociais que prejudicam certas classes de pessoas na medida em que beneficiam outras. O principal e mais doloroso efeito da inflação é o da redistribuição da renda das pessoas que recebem formas fixas de remuneração (trabalhadores assalariados, aposentados e pensionistas) cujos rendimentos são corroídos diariamente pela inflação ao contrário daqueles que recebem rendas variáveis ou ajustáveis às alterações dos preços (empresários, profissionais liberais) que com isso acabam provocando ou realimentando a inflação (REGO; MAZZEO; FREITAS FILHO, 1986, p. 9 - 10).

As conseqüências decorrentes de processos inflacionários tornam-se mais severas e desastrosas quanto maior for a velocidade e intensidade do processo de alta dos preços, ao passo que taxas de inflação baixas não produzem dificuldades de assimilação pela economia, mesmo se tratando de um país dito de baixa renda.

Altas taxas de inflação afetam seriamente o equilíbrio da Balança de Pagamentos, pois o produto nacional torna-se de elevado preço, quando comparado com o que é produzido externamente, causando um favorecimento das importações. Na tentativa de retomar o equilíbrio, normalmente, o governo opta por desvalorizar a moeda nacional, visando estimular a exportação. Mas esta desvalorização causa dificuldade no que tange as importações de produtos essenciais ao país (no caso do Brasil, máquinas e equipamentos de alta tecnologia) provocando um verdadeiro círculo vicioso de alta de preços pelo

aumento dos custos dos fatores. No que diz respeito ao governo, este também é afetado pela ocorrência de altas taxas de inflação, pois esta tende a corroer o valor arrecadado pelo setor fiscal do Estado, devido à defasagem entre o fato gerador do imposto e a data do seu efetivo recolhimento, processo também chamado de “Efeito Tanzi”.

A inflação provoca também a desvalorização da moeda e dos depósitos à vista emitidos por bancos aos seus clientes o que prejudica o indivíduo na medida em que beneficia o governo e os bancos, pois, o prejuízo dos possuidores dos meios de pagamentos corresponde aos lucros dos seus emitentes.

Quando a inflação atinge altas taxas (caso das inflações no Brasil e em outros países da América do Sul) as remarcações de preços ocorrem com tal frequência que as pessoas perdem a noção exata dos preços dos bens e serviços e, especialmente, dos preços relativos prevalentes nos mercados.

1.1 Tipos de Inflação

Existem basicamente cinco tipos de inflação, sendo que numa economia ocorre geralmente, um tipo preponderante, mas sem deixar de ocorrer os outros. Os tipos de inflação costumam manter uma certa relação com a estrutura de mercado (oligopolista, monopolista, concorrencial) onde esteja ocorrendo.

1.1.1 Inflação de Demanda

A inflação de demanda representa a elevação de preços resultante da defasagem entre quantidade ofertada (oferta agregada) e a quantidade

demandada (demanda agregada) sendo que esta última se apresenta bem maior que a primeira, ocasionando pressões nos preços em função de um certo nível de demanda reprimida. A possibilidade de ocorrer este tipo de inflação é mais comum quando a economia está com a sua produção próxima do pleno emprego. Sua origem pode ter vários motivos, tais como: má condução da política monetária, generalizada expansão dos gastos, aumento da base monetária devido a emissões de papel moeda. A inflação de demanda representa a teoria Keynesiana sobre inflação. Keynes afirmava que um aumento na demanda efetiva que não é seguido por um crescimento do produto real, causa o crescimento dos preços num contexto onde a economia encontra-se em pleno emprego. Keynes trabalha com uma economia onde existe o desemprego e, portanto a inflação surge em uma condição que não é a normal, ou seja, quando se atinge o pleno emprego. Para os keynesianos a redução inflacionária só é possível com a diminuição dos gastos do governo e com o aumento da receita tributária (ALCINO; FONSECA, 1995).

1.1.2 Inflação de Custos

A inflação de custos é um tipo de inflação que ocorre quando há uma majoração exagerada nos custos dos fatores da produção, de bens e serviços, tais como impostos, matérias-primas, mão de obra, combustíveis, etc. Nestes casos a demanda não costuma ser um fator muito determinante de preços finais das mercadorias. Geralmente a inflação de custos esta associada a estruturas de mercado oligopolizadas. Sua propagação e dinâmica depende de fatores como a falta de competitividade no mercado, importância relativa dos bens ou serviços envolvidos e capacidade dos agentes econômicos envolvidos de absorver os repasses de aumentos nos custos. Portanto a inflação de custos é tipicamente uma inflação de oferta.

1.1.3 Inflação Estrutural

É chamado de inflação estrutural o tipo de inflação que está estreitamente relacionada com a ineficiência de serviços fornecidos pela infra-estrutura de uma determinada economia, sendo observado sua ocorrência principalmente em países de baixa renda, nas décadas de 50 e 60, os quais estavam em busca de acelerar seu desenvolvimento econômico. Para os estruturalistas a inflação surge na deficiência da estrutura e da dinâmica da economia (e não apenas nas emissões de moeda) e, portanto é um processo endógeno. Os estruturalistas consideram que a inflação tem origem nas imperfeições do mercado, como limitações na capacidade de importar e inelasticidade do setor agrícola, causando estrangulamentos setoriais de oferta e quedas inesperadas de produção (REGO; MAZZEO; FREITAS FILHO, 1986, p. 28).

As idéias teóricas iniciais da abordagem estruturalista da inflação têm origem na década de 50 com os economistas ligados a CEPAL, sendo de grande importância a contribuição de SUNKEL (1958). No Brasil, Celso Furtado é o maior representante da corrente estruturalista.

As pressões inflacionárias mais importantes são as básicas, ligadas a inelasticidade da oferta agropecuária e de produtos de exportação. Se o crescimento da produção agropecuária for insuficiente para atender ao aumento da demanda local, provocada pelo aumento populacional ou elevação da renda, provocará pressões para modificar os preços relativos em favor da agricultura e essa mudança de preços relativos se traduz em uma modificação do nível geral de preços (RAMOS, 1986, p. 45 - 46).

1.1.4 Teoria Quantitativa da Moeda

Locke em 1692 desenvolve o conceito de velocidade de circulação da moeda, ou seja, o valor desta depende não apenas de sua relação com as mercadorias, mas também com a rapidez com que circula pela economia. Em 1752, David Hume desenvolve o conceito quantitativista ao afirmar que “o preço é uma relação entre a quantidade de moeda e a quantidade de mercadorias, podendo variar devido às mudanças nos níveis de qualquer uma destas variáveis” (REGO; MAZZEO; FREITAS FILHO, 1986, p. 13).

A partir da metade do século XVIII muitos economistas buscaram compreender as relações quantitativas entre os preços e a moeda, defendendo a idéia de um controle sobre a oferta de moeda como medida de contenção da alta dos preços. Portanto os preços são uma função da oferta monetária, representada pela equação: $(P = f. M)$.

A partir dos economistas de Cambridge a Teoria Quantitativa da Moeda assume características próprias e torna-se uma teoria importante, focada no equilíbrio entre oferta e demanda de moeda. Esta teoria desconsidera o custo de oportunidade de se reter moeda, porque esta serve apenas como meio de troca. Wickesell explica a relação entre a expansão do meio circulante e o aumento do nível geral de preços, por meio da queda na taxa de juros do mercado abaixo da taxa natural, ou seja, a taxa capaz de equilibrar investimento e poupança.

A equação $(M_0 = k.P.R.N)$ representa a contribuição dos economistas de Cambridge para a Teoria Quantitativa da Moeda, onde (M_0) é a oferta de moeda (exógena); (k) representa o encaixe para transações; (P) é o nível geral de preços e $(R.N)$ representa a renda real.

A partir dessa teoria Fischer formulou a equação de troca $(M.V = P.T)$. O produto $(M.V)$ representa o fluxo monetário, pois a velocidade de circulação da moeda é indicada na equação por (V) , enquanto (M) representa o estoque de moeda. O produto $(P.T)$ expressa o valor total das transações reais, onde (T) é o total de transações e (P) representa o nível geral de preços. Se houver um

aumento de (M) ou (V) e (T) se mantiver constante os preços deverão aumentar. Portanto a Teoria Quantitativa da Moeda é uma teoria de inflação que nos diz que os preços aumentam quando a expansão dos meios de pagamentos é maior que o crescimento do produto real, ou seja, a taxa de inflação varia diretamente com a expansão de moeda.

Milton Friedman defende o papel da moeda na macroeconomia e sua influência sobre a demanda agregada no curto prazo, ou seja, a moeda é um instrumento de grande importância para determinar os níveis de emprego e de produção.

O pensamento de Milton Friedman representa a moderna Teoria Quantitativa da Moeda. Para os quantitativistas modernos a expansão monetária afeta o setor real da economia no curto prazo e pode elevar os níveis de emprego e de produção, e somente a expansão monetária será igual a taxa de inflação no longo prazo (REGO; MAZZEO; FREITAS FILHO, 1986, p. 11 – 24).

1.2 Inflação Inercial

Define-se como inflação inercial à capacidade de autopropagação da inflação e prática generalizada da indexação, com a correção dos custos dos fatores e dos preços, indefinidamente, pelos índices de inflação passada. O processo inflacionário é auto-alimentado, causado pelas expectativas de comportamento dos preços além dos mecanismos de reajustamento de renda desenvolvidos pelos agentes econômicos a fim de se protegerem contra os efeitos de uma inflação crônica. Observa-se a partir de um determinado ponto que a inflação adquire uma espécie de autonomia (componente inercial) que implica uma manutenção do ritmo de alta dos preços. Em outras palavras, a teoria inercialista afirma que a inflação é causada por expectativas e hábitos inflacionários dos agentes econômicos combinados com a existência de mecanismos institucionais

que realimentam a alta de preços. Essa teoria surgiu no final dos anos 70 quando se observou a ineficiência das políticas ortodoxas antiinflacionárias, para combater esse componente de inércia e a realimentação da inflação atual pela inflação passada devido à atitude defensiva dos agentes econômicos protegerem a sua renda.

A estabilidade desse processo inflacionário pode ser alterada por choques inflacionários, como por exemplo, uma modificação na distribuição de renda entre a sociedade (mudança relativa dos preços), ou uma desvalorização do câmbio podem elevar a taxa de inflação devido à reação dos agentes econômicos à mudança na distribuição de renda.

Contratos como salários e aluguéis que possuem indexação pela inflação do período passado estão protegidos apenas parcialmente contra a inflação, pois a correção monetária tem como base de cálculo a inflação do mês passado e o sistema financeiro opera em bases diárias.

Uma forma de romper a inércia inflacionária do sistema representa o receituário ortodoxo onde as principais políticas seriam os cortes de gastos públicos, a elevação da carga tributária e o controle sobre a oferta de moeda. São medidas de caráter recessivo que podem implicar prejuízos sociais como a elevação das taxas de desemprego e diminuição da produção.

Existem por outro lado, duas correntes básicas dos chamados “inercialistas” que não duvidam da eficiência ortodoxa, mas argumentam que os custos envolvidos são muito elevados e desarticulados do sistema econômico. Uma vertente está associada a Francisco Lopes, enquanto a outra representa as idéias de Pérsio Arida e André Lara Resende (corrente também chamada de “Larida”).

Para Lopes a inflação propaga-se devido à atitude dos agentes econômicos buscarem a recomposição das suas rendas reais em um ambiente de inflação crônica. Isso garante a estabilidade da inflação na ausência de choques inflacionários e os desvios da taxa de inflação esperada em relação a taxa de inflação passada teriam pouca importância para os agentes. Portanto para Lopes essa busca dos agentes é que torna a inflação inercial, na ausência de choques.

Para Arida e Lara Resende são as expectativas inflacionárias as responsáveis pela inflação inercial, pois a inflação verificada no passado torna-se uma previsão para o futuro. Assim quando há expectativa de elevação da inflação os agentes tentam diminuir o intervalo entre os reajustes.

No primeiro caso a inflação é inercial por que os agentes procuram recompor suas rendas reais e no outro porque os agentes procuram garantir suas rendas reais médias, dado que a inflação esperada é igual a do período passado. Nos dois casos a inércia independe das regras formais de indexação. Nesse caso uma pré-condição para um programa de combate a inflação ter sucesso, é que não existam pressões por parte dos trabalhadores para elevação de salários (BIER; PAULANI; MESSEMBERG, 1987, p. 19-27).

2. Inflação no **Brasil**

O período do governo militar (a partir de 1964) é marcado pelo combate a inflação, com relativo êxito, mediante medidas de estabilização fiscal e monetárias. Em 1964, a taxa de inflação se aproximou de 100% ao ano quando então o governo militar implementou um plano de estabilização (Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG) que a reduziu para menos de 40% ao ano entre 1965 e 1966. Observa-se a partir de 1968 uma queda considerável da inflação que se estabilizou em torno de 20% ao ano (ALCINO; FONSECA, 1995). O golpe militar de 1964 propiciou uma redução da inflação enquanto equacionou o desequilíbrio externo através de um governo forte e de confiança dos credores. Contribuiu para a redução da inflação no período a reestruturação institucional de país com a criação de um sistema financeiro moderno que gerou as bases para o crescimento econômico.

No entanto tal tendência não persistiu por muito tempo, pois a inflação começava uma tendência de alta a partir de 1973 com a crise do petróleo (22,70% ao ano) ultrapassando os 100% em 1980 até chegar a 235% em 1985 (BAER, 1995, p.164). Podemos observar que a taxa anual de inflação (Ver Tabela 1), sofreu significativa redução já em 1965, devido às políticas adotadas pelo governo militar. Estabiliza-se em torno de 20% até 1973, quando ocorre nova elevação que se propaga até 1985 (235%). Em 1986 a taxa anual caiu para 65% em decorrência do Plano Cruzado.

Tabela 1 – Taxa Anual de Inflação no Brasil (em %)

Ano	Taxa de Inflação
1964	89,90
1965	58,20
1966	37,90
1967	26,50
1968	26,70
1969	20,10
1970	16,40
1971	20,30
1972	19,10
1973	22,70
1974	34,80
1975	33,90
1976	47,60
1977	46,20
1978	38,90
1979	55,80
1980	110,00
1981	95,00
1982	100,00
1983	211,00
1984	224,00
1985	235,00
1986	65,00

Fonte: Adaptado de BAER, W. "A Economia Brasileira", 1995, p.401.

O que os planejadores esperavam para o período subsequente ao golpe militar era um crescimento da ordem de 6% ao ano, mas o que se verificou foi uma média de crescimento de 11,1% entre 1968/73 com um pico de 13,6% no último ano, período que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". O milagre coincidiu com o período de inflação estabilizada em torno de 20% ao ano.

Após esse período a economia brasileira sofreu muito com a crise internacional (iniciada em 1971 com a ruptura do padrão ouro e agravada em 1973 com o choque do petróleo) tendo como sintoma principal o desequilíbrio da balança comercial. O saldo acumulado (superávit) da balança comercial no período 1968/73 foi de US\$ 192 milhões, consequência das altas taxas de crescimento e das políticas internas de subsídios às exportações, mas, no entanto o período 1974/75 acumulou um déficit de US\$ 8,2 bilhões, minando o crescimento brasileiro e gerando uma crise de desconfiança quanto ao comportamento da taxa de câmbio.

Em 1974 assume o Governo Geisel com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade do país às crises externas. É posto em ação o II PND, que se desenvolveu num ritmo lento, e que juntamente com os depósitos compulsórios de 100% sobre as importações decretado pelo ministro Simonsen em 1975 para enfrentar a crise externa, fizeram com que a inflação oscilasse em torno de 40% ao ano em 1977/78.

A taxa de inflação inicia a partir de 1979 uma trajetória ascendente (Ver Tabela 1), partindo de 40% para alcançar entre 1980/82 o patamar de 100% ao ano. O controle monetário e fiscal da economia que estava centralizado nas estratégias ortodoxas do ministro Simonsen passa a partir de 1980 ao novo ministro Delfim Netto, e a uma visão desenvolvimentista.

Imediatamente promove-se o controle das taxas de juros e há uma maior oferta de crédito à agricultura para segurar uma iminente elevação dos preços dos alimentos, via expansão da safra. Implementa-se também uma política de reajustes de preços administrados na tentativa de manter o patamar inflacionário

de 1980 e fazer face aos preços do petróleo que haviam iniciado uma tendência de forte alta a partir de 1979 no mercado internacional por conta de um novo choque.

O período 1981/83 foi marcado pela política ortodoxa que buscava o superávit na balança comercial na medida em que controlava o desequilíbrio externo. Em 1981 o crescimento foi de apenas 0,9% e o superávit comercial menor que US\$ 800 milhões. Situação muito parecida verifica-se no ano seguinte. O ano de 1983 acumulou pressões inflacionárias que indicaram a dificuldade de se manter a taxa de inflação de 100% ao ano, aumentando a recessão e fazendo o governo admitir a ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional).

As referidas pressões se originavam no comportamento da taxa de juros e nas novas desvalorizações do Cruzeiro. Em fevereiro de 1983 foi decretada uma maxidesvalorização do Cruzeiro que empurrou o nível inflacionário para mais de 200%. Mesmo com o decreto que reduziu os salários no segundo semestre (decreto 2.065) a tendência de alta inflacionária acentuou-se.

A partir de 1984 a economia experimenta uma nova recuperação, basicamente pelo amadurecimento das políticas do II PND e da queda das taxas de juros mundiais, bem como do preço do petróleo no mercado externo. No entanto a inflação não desceu para menos que 200% ao ano, e com os salários reais em queda as tensões sociais aumentavam, agravadas pelo momento político das "diretas já" e da transição de governo, além da previsão de uma reduzida safra agrícola.

Chega então o ano de 1985 e com ele a previsão de uma taxa de inflação de 280%. O presidente eleito Tancredo Neves falece subitamente antes de assumir o cargo e em seu lugar toma posse o seu vice José Sarney, em 15 de março de 1985 com o claro objetivo de conter a escalada inflacionária, após vinte e um anos de regime militar. Era o início da Nova República, expressão criada por Ulysses Guimarães para designar o plano de governo da Aliança Democrática, que foi assumido por Sarney como sinônimo de sua administração.

Em janeiro de 1986 a expectativa de inflação para o ano era assustadora. Sabia-se que com a indexação generalizada da economia a taxa de inflação

tenderia rapidamente para um novo patamar de 400 a 500% ao ano. Essa perspectiva fazia emergir novas e diferentes propostas para conter a ascensão inflacionária. A idéia de se aplicar um choque heterodoxo através do congelamento de preços e salários ganhava força e tornava-se cada vez mais discutida, na tentativa de debelar a inflação brasileira atacando frontalmente o seu caráter inercial, representado principalmente pelos mecanismos de realimentação resultantes de um sistema de indexação bastante abrangente que englobava os principais componentes dos custos de produção (BIER; PAULANI; MESSENBURG, 1987, p. 69 – 94).

3. Antecedentes Imediatos ao Plano Cruzado

Com a instalação da Nova República em março de 1985, uma política econômica de cunho ortodoxo foi anunciada, com o objetivo de facilitar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e promover cortes nos gastos públicos.

Os primeiros meses do governo Sarney foram marcados pela inconsistência de se manter dois ministros com idéias diferentes, o da Fazenda (Francisco Dornelles) liderava a corrente ortodoxa, enquanto o do planejamento (João Sayad) identificava-se com o heterodoxo.

Para tentar conter a aceleração inflacionária, já no dia 18 de março as autoridades econômicas decretaram um congelamento, por 60 dias, de preços administrados e de tarifas públicas, que logo depois foi estendido ao varejo. Em maio houve um reajuste dos salários acima do INPC semestral, ocasionando um aumento da demanda interna. Em abril a inflação caiu substancialmente em decorrência do controle de preços (Ver Tabela 2), porém em junho, com o anúncio de aumentos para energia elétrica, aço e outros produtos administrados (Ver Tabela 3) a inflação voltou a subir no mês seguinte, tornando precário o controle de preços.

No final de agosto de 1985 a apuração de taxas recordes de inflação, juntamente com os conflitos de idéias entre o governo, que buscava um crescimento econômico e o conservadorismo do Ministro da Fazenda, somados ao fracasso do pacote antiinflacionário de março do mesmo ano, culminaram com a substituição do ministro da Fazenda. No lugar de Francisco Dornelles assumiu Dílson Funaro, então presidente do BNDE.

Por outro lado a demanda interna expandia-se cada vez mais com a existência de uma inflação reprimida pelo congelamento praticado. Em 1986 as pressões inflacionárias demonstravam que a atual política estava esgotada, o que representou o final da primeira fase da política econômica da Nova República (MARQUES, 1988, p.101).

Tabela 2 – Índices de Preços do Período 1985/86 no Brasil (em %)

Período	IGP-DI		INPC		IPCA	
	No mês	No ano	No mês	No ano	No mês	No ano
Jan.	12,6	232,1	11,8	216,0	11,8	221,3
Fev.	10,2	225,9	10,9	219,5	10,9	225,3
Mar.	12,7	234,1	9,9	219,8	10,2	228,9
Abr.	7,2	228,8	8,6	217,1	8,2	224,9
Mai.	7,8	225,6	7,2	212,7	7,2	219,4
Jun.	7,8	221,4	8,3	208,1	8,5	214,8
Jul.	8,9	217,3	10,1	210,8	10,3	216,4
Ago.	14,0	227,0	11,6	219,5	12,0	224,3
Set.	9,1	222,9	10,1	216,6	11,1	222,4
Out.	9,0	212,8	10,3	215,9	10,6	223,0
Nov.	15,0	227,2	14,2	227,0	14,0	233,0
Dez.	13,2	235,1	15,8	239,1	15,1	242,2
Jan.	17,8	250,4	15,0	248,7	16,2	250,2
Fev.	15,0	265,8	12,5	253,5	12,7	256,1

Fonte: Adaptado de Revista de Economia Política, vol. 8, nº 3, jul./set., 1988.

Tabela 3 – Principais Produtos e Serviços com Preços Administrados. Variações mensais e Acumuladas para 1985. Período 1985/86 (em %)

Ano	Trigo	Energia elétrica	Telecomunicações	Gasolina	Diesel	Álcool	Siderúrgicos
Jan.	–	–	41,5	–	–	–	–
Fev.	20,0	31,7	–	26,9	27,0	27,0	40,9
Mar.	25,0	12,0	–	–	–	–	–
Abr.	–	–	–	–	–	–	–
Mai.	–	–	–	–	–	–	–
Jun.	–	22,8	–	–	–	–	15,8
Jul.	–	8,5	39,0	13,8	13,8	13,5	8,5
Ago.	–	32,5	37,9	4,5	4,6	4,4	18,0
Set.	25,0	9,5	–	10,9	10,5	11,3	9,8
Out.	–	20,0	–	9,4	9,0	9,1	15,5
Nov.	34,0	14,0	–	14,1	11,5	14,3	14,0
Dez.	–	12,0	–	18,2	12,8	18,1	12,5
Acum.	151,3	306,7	171,2	146,9	130,2	146,7	239,5
Jan.	–	–	27,2	–	–	–	9,0
Fev.	–	8,0	–	13,0	13,1	13,1	–

Fonte: Adaptado de Revista de Economia Política, vol. 8, nº 3, jun./set., 1988.

3.1 A Experiência Argentina

No dia 14 de junho de 1985 sem aviso prévio o governo argentino anunciou o Plano Austral, de caráter heterodoxo para combater a hiperinflação do país, fazendo menção explícita à política monetária que seria adotada durante o congelamento de preços. De acordo com o presidente, o Banco Central argentino não mais financiaria os déficits do governo emitindo moeda, e a expansão da base monetária estaria condicionada a financiar os ganhos de reservas que viessem a ocorrer.

Isso não se verificou na realidade. Ainda que os ganhos de divisas tenham sido relevantes, o comportamento das operações de crédito ao setor financeiro constituiu-se no principal fator da expansão da base monetária durante a vigência do Plano Austral.

A grande elevação das operações de redesconto do Banco Central atendeu à necessidade de recursos por parte do sistema bancário para financiar um crescente descasamento de prazos entre as operações ativas e passivas, pois o congelamento provocou uma grande elevação na preferência pela liquidez.

O receio de causar uma crise financeira pela fragilidade de todo o sistema, que ainda não havia se recuperado da crise que assolou o setor no começo da década de oitenta, fez com que o Banco Central argentino atendesse à crescente demanda pelo redesconto. Com a decisão do governo de não mais cobrir os déficits dos estados, estes passaram a se financiar com empréstimos junto às instituições bancárias, que por sua vez se financiavam mediante redesconto no Banco Central (PELÁEZ, 1986, p. 111 – 122).

3.2 A Experiência de Israel

Em 1º de julho o governo de Israel adotou um programa de estabilidade com características semelhantes ao argentino (congelamento de preços e salários, desvalorização cambial, etc.). Houve um ajuste fiscal via cortes nos gastos do governo e eliminação de diversos subsídios, além de uma preocupação explícita com os rumos da política monetária no início do programa.

Em 1985 havia uma meta, que era manter a taxa de crescimento nominal do crédito, em julho, 10% abaixo da inflação do mês. Para se conseguir isso, o compulsório sobre os depósitos à vista foi elevado, e o Banco de Israel manteve em julho, a taxa de juros nas operações de redesconto em níveis bastante elevados.

Esse comportamento era devido à previsão de que o congelamento de preços levaria a uma troca na carteira do público de ativos em moeda estrangeira (US\$) por ativos denominados em moeda local (*shekels*). Com o compulsório sobre os depósitos em dólares muito maior do que sobre os depósitos em *shekels*, elevava a capacidade do sistema bancário conceder empréstimos. As autoridades temiam que uma expansão do crédito bancário pudesse gerar pressões de demanda e com isso comprometessem o programa.

A meta para o crescimento agregado creditício foi abandonada por causa das pressões para que as taxas de juros fossem reduzidas. No entanto, a política monetária inicial do programa israelense permaneceu bastante restritiva (MORAES, 1990, p. 46).

4. Concepção do Plano Cruzado

No mês de janeiro de 1986 a taxa de inflação atingiu níveis alarmantes, como foi verificado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) que chegou a 16,23%. A equipe econômica do governo justificou a magnitude do índice como uma excepcionalidade dos preços agrícolas e a fatores sazonais, mas a preocupação era geral no governo com o comportamento futuro da inflação, e algo de urgente precisava ser feito. Como descreve Modiano;

“A inflação de janeiro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 16,23%. A variação mensal do IGP-DI marcou um novo recorde, com 17,8%. Por qualquer dos dois índices, o mês de janeiro configura “um choque inflacionário” sem precedentes. Embora estas taxas mensais anualizadas apontem para a faixa dos 500% ao ano, generaliza-se a convicção de que a inflação brasileira alcança o patamar dos 13% ao mês. Esta taxa corresponde à variação média do IPCA entre novembro e Janeiro” (MODIANO, 1986, p. 102).

Devido a um choque de oferta agrícola provocado pela seca, o IGP-DI registrou um salto na inflação de 9% em outubro para 15% em novembro de 1985. Imediatamente o governo abandonou o IGP-DI e transferiu a responsabilidade de medir a inflação para o IPCA do IBGE, que é um índice pouco influenciado pelos choques de oferta agrícolas e cambiais. O IPCA passou a ser o indicador de inflação oficial e era publicado praticamente toda a semana, na tentativa de manter uma posição “transparente” frente à evolução dos preços.

Havia uma insatisfação em relação aos planos ortodoxos aplicados com o monitoramento do FMI, porque os resultados obtidos em outras tentativas não haviam eliminado a inflação. Nesse período os debates acadêmicos se intensificaram principalmente em torno das propostas heterodoxas de Lopes, Arida e Lara Resende. Segundo Bresser Pereira & Nakano (REGO; MAZZEO; FREITAS FILHO, 1986, p. 124), “Com os patamares de inflação atingidos nos

primeiros meses de 1985, tornava-se claro que a única alternativa para eliminar a inflação inercial brasileira seria o congelamento geral de preços, ou seja, o choque heterodoxo”.

Finalmente seguindo as experiências da Argentina e de Israel e ante uma perspectiva de hiperinflação, em 28 de fevereiro de 1986 o presidente do Brasil José Sarney, anunciou o plano de estabilização brasileiro de acordo com o decreto-lei nº 2.283. Ao contrário dos planos argentino e israelense, o Plano Cruzado não adotava medidas monetárias e fiscais, mas sim medidas baseadas em políticas de renda.

Foi promovida uma reforma monetária juntamente com o plano de estabilização. O Plano Cruzado estabeleceu oficialmente a conversão do Cruzeiro (Cr\$) para Cruzado (Cz\$), sendo esta a nova unidade do sistema monetário brasileiro, com o centavo representando a centésima parte da nova moeda. Com o corte de três zeros o Cruzeiro passou a corresponder a um milésimo da Cruzado.

Com o novo plano a ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), passou a denominar-se OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) e foi fixada em Cz\$ 106,40 devendo prevalecer este valor até 1º de março de 1987.

As obrigações nominais em Cruzeiros foram convertidas em Cruzados na data do seu vencimento, e para os contratos sem cláusulas de correção monetária, foi estabelecida uma conversão no vencimento por um fator especial de conversão que desvalorizava o valor em Cruzeiros progressivamente, à taxa diária de 0,45%. O salário mínimo foi fixado em Cz\$ 804,00 com reajuste previsto para 1º de março de 1987. Estes foram convertidos para a nova moeda pela média dos últimos seis meses com um abono de 8%, provavelmente devido a média dos reajustes acima da inflação passada, que foi da ordem de 15%. Além dos reajustes anuais, os salários seriam automaticamente corrigidos de acordo com uma escala móvel, sempre que a taxa de inflação acumulasse o “gatilho” de 20%. Os assalariados teriam um reajuste automático no mesmo valor, mais as diferenças negociadas nos dissídios das diferentes categorias.

Ficou determinado o congelamento de todos os preços e dos salários, extinção da correção monetária (desindexação da economia), criação do seguro desemprego e congelamento dos aluguéis e das prestações do BNH (Banco Nacional da Habitação), nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986 (PELÁEZ, 1986, p. 149 – 152). O Plano Cruzado extinguiu a correção monetária e criou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para corrigir a poupança e as aplicações financeiras superiores a um ano.

O Plano Cruzado pretendia com a desindexação e o congelamento geral de preços, juntamente com a reforma monetária, eliminar de uma só vez a inflação. O plano recebeu grande apoio popular surpreendendo os seus planejadores e executores. Por meio de um clima de união nacional a população passou a fiscalizar os preços tabelados, como medida de proteger o poder de compra dos salários.

O desafio do governo foi o de explicar que a complicada fórmula de conversão salarial pela média dos últimos seis meses, acrescida de um abono de 8%, não implicava nenhuma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, além de que o plano não traria recessão e desemprego. As principais medidas do Plano foram:

- Criação de uma nova moeda, o “Cruzado”;
- Extinção do Cruzeiro, com paridade inicial de um Cruzado por mil Cruzeiros;
- Conversão automática, em Cruzados, de notas, moedas e depósitos a vista no sistema bancário;
- Extinção da correção monetária generalizada;
- Escala móvel de salários;
- Congelamento total de preços, tarifas e serviços;
- Criação de um mercado interbancário;
- Seguro desemprego, antiga aspiração da classe trabalhadora;
- Garantia de rendimentos dos depósitos da caderneta de poupança;
- Fortalecimento do Cruzado em face de outras moedas.

4.1 O Congelamento de Preços

O Plano Cruzado determinou o congelamento dos preços aos níveis prevalecentes em 27 de fevereiro de 1986, e o presidente convocou a nação para que fiscalizasse o congelamento, o que foi entendido pela população como um dever cívico, e prontamente atendido. O país foi tomado por um clima de euforia. Milhares de pessoas passaram a vigiar os preços no comércio e a denunciar as remarcações feitas. Com o congelamento as taxas de inflação caíram abruptamente nos primeiros meses do plano de estabilização, fazendo o governo reafirmar suas teses de que era possível derrubar a inflação sem causar recessão e desemprego. No entanto o que os planejadores do Plano Cruzado não puderam evitar com o congelamento, foi o aumento excessivo da demanda. O consumo cresceu em todos os extratos sociais.

Segundo BAER, 1995 verifica-se uma consequência imediata do congelamento que foi a eliminação do mecanismo de preços como alocador de recursos. Portanto quanto mais se estendesse o congelamento, mais graves seriam as distorções provocadas no mercado já que a inflação brasileira não havia atingido o seu ponto máximo nessa época e os agentes ainda ajustavam preços.

Alguns setores corrigiram seus preços imediatamente antes do congelamento e se encontravam em posição favorável, enquanto outros que planejavam reajustes ficaram com seus preços desalinhados, entre os quais leite, carros e carne.

Os serviços públicos também ficaram prejudicados com suas taxas defasadas, principalmente energia elétrica. Esta situação gerou déficit para as estatais pressionando o governo a subsidiar os seus dispêndios. Embora os mentores do Plano Cruzado concordassem que o congelamento deveria ser por tempo limitado, não havia um consenso, pois não se sabia quanto tempo seria necessário para apagar a memória inflacionária do Brasil. Os planejadores receavam que um descongelamento prematuro trouxesse novamente as expectativas inflacionárias, além do que, com o passar do tempo o congelamento

e a inflação baixa tornavam-se cada vez mais populares, representando o sucesso econômico do governo. Além disso, aproximavam-se as eleições de novembro de 1986 para o Congresso e Governos de Estados, e manter a euforia popular nessa época era fundamental para o presidente e seus interesses políticos.

Desde maio de 1986, os economistas do governo argumentavam sobre a necessidade de se fazer um realinhamento de preços, no entanto, por motivos políticos isso não aconteceu. Diversas táticas surgiram para driblar o congelamento, como mudanças nas embalagens dos produtos para torná-los “novos” e não constarem nas tabelas oficiais do governo ou mediante pagamento de ágio, principalmente para automóveis e bens de consumo duráveis, como observa Baer “As listas de espera para carros novos chegavam a seis meses ou mais, embora freqüentemente a demora pudesse ser consideravelmente reduzida, pelo pagamento do ágio adequado” (BAER, 1995, p. 173). A fiscalização do cumprimento das normas do congelamento de preços e a verificação da prática de sonegação de produtos competiam à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), contando com o apoio do departamento de Polícia Federal, no exercício de suas atividades.

Devido ao desalinhamento com que muitos preços foram congelados e a expansão da demanda, diversos produtos começaram a desaparecer do comércio, e as filas se tornavam cada vez maiores, além da redução da oferta, como no caso da carne e do leite o que levou o governo a confiscar algumas cabeças de gado e a importar carne, para preservar os preços e o congelamento. No decorrer do ano os problemas causados pelo congelamento aumentaram, mas os esforços do governo e da população para mantê-los, ficavam cada vez mais fracos.

Os aumentos reais dos salários, combinados com a desindexação dos depósitos de poupança, geraram uma elevação dos gastos dos consumidores principalmente em relação aos bens de consumo. Modiano relata que “O aumento do poder de compra dos salários, a despoupança voluntária causada pela ilusão monetária, o declínio do recolhimento do imposto de renda para pessoas físicas, a redução das taxas de juros nominais, o consumo reprimido durante os anos de

recessão (...) detonaram conjuntamente uma explosão de consumo” (MODIANO, 1988, p. 283).

Os primeiros meses de vigência do Plano Cruzado foram caracterizados pelo excesso de demanda. A manutenção dos salários reais em contínua ascensão depois do congelamento reflete este fato. Essa situação de excesso de demanda sugere que a meta de estabilidade de preços era inconsistente com a política fiscal adotada. A preocupação do governo em evitar que o programa fosse recessivo, fez com que a política monetária fosse demasiadamente folgada.

A proibição legal de se elevar preços fez com que o excesso de demanda que permeou a economia desde os primeiros meses do Cruzado não se manifestasse através da inflação. As pressões de demanda deram origem a cobrança de ágios, fazendo com que os índices de preços durante a vigência do plano, muitas vezes não refletissem os preços praticados.

De julho a outubro de 1986 ocorreu uma total imobilidade do governo ante ao agravamento da escassez de produtos e à deterioração das contas externas. O governo anunciou em 24 de julho o “Cruzadinho”, que foi um tímido pacote fiscal, o qual envolveu basicamente a criação de um sistema de empréstimos compulsórios na aquisição de gasolina e automóveis, que retornariam aos consumidores após três anos, e impostos não restituíveis sobre a compra de moedas estrangeiras e passagens internacionais.

A receita extra segundo o governo era para financiar o Plano de Metas que representava um programa baseado em investimentos público e privados, lançado conjuntamente com o Cruzadinho, e que buscava um crescimento do PIB na ordem de 7% ao ano. No entanto, segundo Modiano “Considerando que as receitas previstas eram inferiores às necessidades de financiamento do Plano de Metas e que não foram explicitadas as fontes de fundos adicionais, ficou a impressão de que o “Cruzadinho” era meramente um pacote de emergência para financiar um déficit público em deterioração” (ibid., p. 286)

O empréstimo compulsório sobre determinados produtos insinuava uma ruptura do congelamento de preços, o que abalava ainda mais a credibilidade e a eficiência do plano, além da decisão do governo de expurgar do Índice de Preços

ao Consumidor os aumentos dos automóveis e da gasolina, provenientes do Cruzadinho, gerando grande polêmica. O objetivo do governo era evitar o “gatilho” salarial. As expectativas para o descongelamento deram um novo impulso à demanda, demonstrando a ineficiência do pacote fiscal.

Do início do mês de agosto até 15 de novembro o governo concentrou-se nas eleições, deixando a política econômica imobilizada. Com essa estratégia o PMDB, partido do presidente, venceu nos principais Estados do país, mas a economia ficou desorganizada e a inflação começou uma trajetória ascendente (ibid., p. 282 – 287).

4.2 O Cruzado II

Iniciado o Plano Cruzado, não foi preciso muito tempo para que observadores das mais variadas tendências identificassem alguns aspectos menos consistentes do programa de estabilização econômica. Vários problemas manifestaram-se no decorrer da implementação do Cruzado, como por exemplo:

- A impossibilidade do congelamento abarcar todos os preços da economia;
- Alguns preços foram congelados antes de serem alinhados;
- O fim da correção monetária e a diminuição da taxa de juros estimularam o consumo e desestimularam a poupança;
- Em virtude do congelamento da taxa de câmbio as importações foram estimuladas e as exportações desestimuladas, causando assim uma diminuição das reservas cambiais;
- Suspensão por tempo indeterminado do pagamento de juros da dívida externa aos bancos credores.

Entretanto, como não houve um aumento proporcional das poupanças e dos investimentos, a manutenção da expansão econômica a prazo mais dilatado tornou-se impraticável, diante do estrangulamento da capacidade de produção. O aumento da demanda provocou o esgotamento da capacidade ociosa da indústria, e com a manutenção da demanda em expansão, tornou comum os ágios cujo combate provocou uma inflação reprimida.

Na área externa a pressão da demanda provocou uma queda no saldo comercial pelo aumento das importações e posteriormente pela diminuição das exportações, além das importações feitas pelo governo com o intuito de ofertar produtos que haviam desaparecido do comércio por causa do congelamento. O acúmulo desses fatores desfavoráveis, agravados pelo atraso na tomada de decisões deteriorou o Plano Cruzado.

Uma semana após a vitória do partido do governo nas eleições (PMDB), o Cruzado II foi anunciado, contendo basicamente três objetivos; o desaquecimento interno de forma a ajustar a demanda agregada a oferta existente, o equilíbrio das contas externas, e o equilíbrio das contas do setor público. O governo determinou a elevação dos preços ao consumidor de alguns itens, como automóveis (80%), cigarros (120%) e bebidas (100%), além de alguns preços públicos, como a gasolina (60%) e energia elétrica e telefone (35%). O Cruzado II também determinou que esses aumentos fossem expurgados do índice de preços ao consumidor, e na época, determinou o aumento futuro para o aço e para o leite gerando insatisfação popular (ibid., p. 286 – 291).

4.3 O Fim do Plano Cruzado

Os resultados do Plano Cruzado foram inicialmente positivos em relação ao principal objetivo definido, que era conter a inflação. Mas da forma como foi implementado, o plano não tinha condições para se sustentar no médio e no longo prazo. Aos poucos o governo foi percebendo as limitações do Cruzado, como a falta de produtos devido ao congelamento de preços desalinhados (carne, leite e

automóveis) e a ineficiência das medidas de ajuste do pacote fiscal denominado Cruzadinho.

Posteriormente o governo sentiu as reações negativas a implementação do Cruzado II, logo após o anúncio do pacote. O Plano provocou um aumento generalizado dos preços, fazendo com que a inflação se elevasse ao mesmo tempo em que caía a confiança no governo e na sua equipe econômica.

Com o descongelamento abrupto do Cruzado II (novembro de 1986), a inflação voltou a crescer rapidamente (Ver gráfico 1). Em novembro quando foi implementado, a inflação estava em 3,29% ao mês e em dezembro atingiu 7,27%. No primeiro mês de 1987 já atingia 16,82% e embora tenha havido ligeira baixa em fevereiro e março, no mês de abril passava de 20% para em junho atingir 20,06%. A retomada da inflação passou a detonar mensalmente o “gatilho salarial” tornando o plano ineficiente frente à inflação e a crise cambial.

Greves e tumultos ocorreram pelo país inteiro e a população que no início apoiou o plano de estabilização não demorou mais que alguns meses para se revoltar com os problemas de desabastecimento de alguns itens essenciais, e também pelo estímulo que isso gerou para a cobrança de ágios no mercado paralelo.

A demanda excessiva foi um dos principais problemas enfrentados pelo governo, que não conseguiu solucioná-lo no devido momento. Havia na economia uma demanda reprimida que “explodiu” com o congelamento e com a elevação do poder de compra dos salários, além do desestímulo para poupar.

Por outro lado, o congelamento do câmbio por um longo período prejudicou as reservas brasileiras, na medida em que beneficiou as importações e prejudicou as exportações, como avalia Senna “Com o Plano Cruzado, desprezou-se a política de juros, ao mesmo tempo em que o déficit público não foi corrigido. (...) um conjunto de medidas atuou no sentido de prejudicar o desempenho das exportações. (...), que implicou menores excedentes exportáveis” (SENNA, 1989, p. 33).

No início do ano de 1987 foi substituído o ministro da Fazenda que passou a ser Bresser Pereira. Em 12 de junho deste ano um novo plano foi

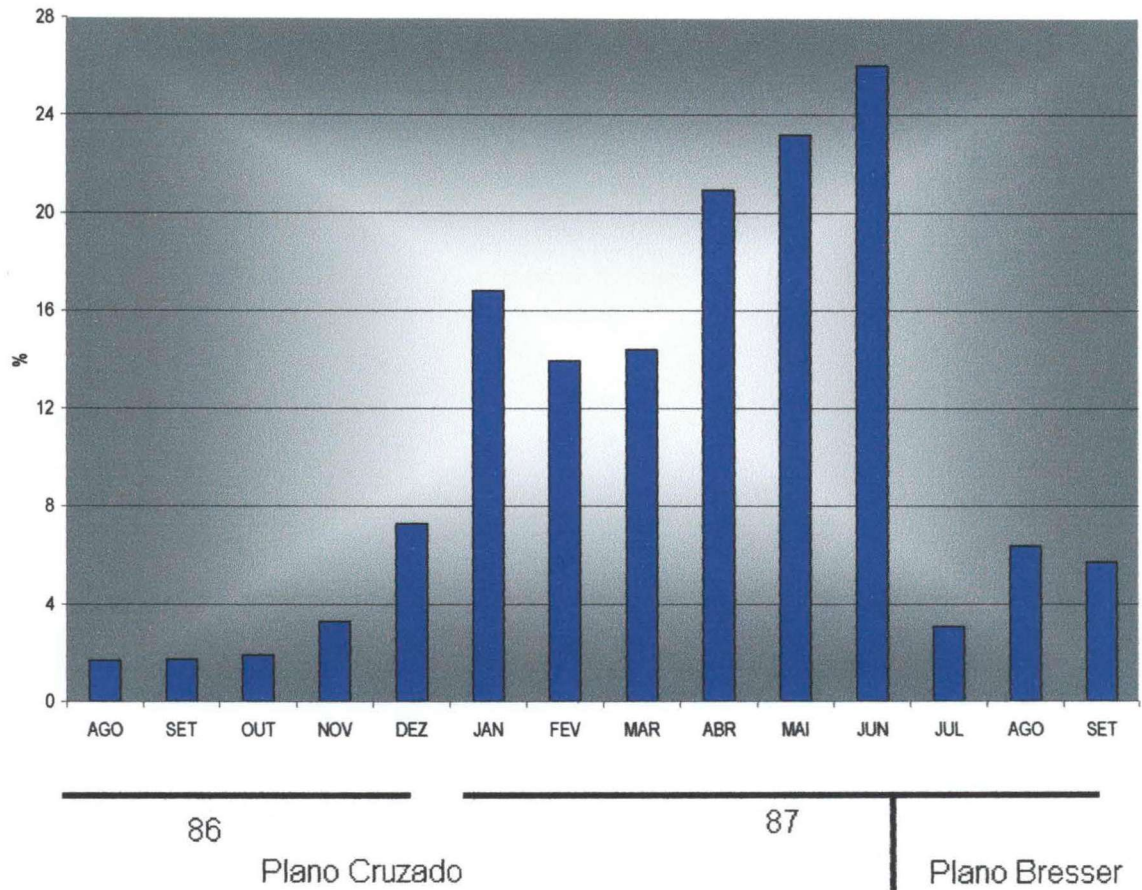
implementado, o Plano de Consistência Macroeconômica, popularmente conhecido como plano Bresser, que decretou efetivamente o fim do Plano Cruzado.

Segundo Salomão “A retomada da inflação e a crise cambial determinaram a necessidade de novas medidas econômicas” (SALOMÃO, 1989, p. 105). O Plano Bresser determinou um novo congelamento de preços e salários, mas por um prazo menor, além de medidas para redução do déficit público e recuperação de reservas cambiais e contenção dos salários através da chamada URP (Unidade de Referência de Preços).

Observa-se que a inflação apresentou uma expressiva redução (gráfico 1) no início do plano.

Gráfico 1

Índice de preços ao consumidor (IPC) Plano Cruzado e Plano Bresser



Fonte: SALOMÃO, M. "Política Econômica no Brasil", 1989, p. 107.

5. Conclusão

O Brasil possui uma história marcada pelo processo inflacionário e pelos sucessivos planos de governos e pacotes fiscais que buscaram a estabilização da inflação, o que implicou na mudança da unidade monetária nacional várias vezes.

Como vimos no capítulo 2, a ênfase no combate a inflação pode ser observada, por exemplo, com a ascensão do governo militar em 1964 que colocou em prática o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) reduzindo a taxa anual de inflação de 100% para 20%, estabilizando-se nesse patamar até 1973 quando se iniciou uma nova trajetória de alta que avançou para a década de 80, principalmente devido às crises externas e do petróleo.

O início da década de 80 é caracterizado pela ineficiência das políticas ortodoxas de combate à inflação, a qual parecia tender para um processo hiperinflacionário. Isso fez surgir um receituário heterodoxo para a economia brasileira baseado nas idéias de Lopes, Arida e Lara Resende. Para esses economistas a inflação do país era predominantemente inercial e, portanto a solução estaria em um choque heterodoxo, via congelamento de preços e desindexação da economia.

Esse pensamento heterodoxo levou a concepção do Plano Cruzado que foi implementado pelo presidente José Sarney, cujo objetivo era eliminar de uma só vez a inflação com o congelamento de preços, que deveria durar o suficiente para apagar a memória inflacionária.

O plano inicialmente foi um sucesso, reduzindo a inflação e elevando o poder de compra dos salários. Na medida em que a inflação estava baixa, o poder de compra estável e a poupança não tinha atratividade, a demanda aumentou rapidamente ocasionando a falta de produtos principalmente dos que tiveram seus preços congelados com defasagem, surgindo o ágio e o mercado paralelo para esses produtos.

Esses fatos apontavam em um futuro próximo para o colapso do Plano Cruzado, mas não foram corrigidos. Não houve um nenhum momento o

realinhamento de preços, ao passo que a demanda continuava a crescer frente a imobilidade do governo com a escassez de produtos e a deterioração das contas externas.

Em julho de 1986 o governo promoveu um ajuste do Plano na forma de um pacote fiscal com empréstimos compulsórios e outros impostos, chamado Cruzadinho, que tinha por objetivo conter a demanda, mas logo se mostrou ineficiente. Apesar disso, no período seguinte, o governo concentrou-se totalmente nas eleições deixando a política econômica em segundo plano, e com isso a inflação reapareceu juntamente com a insatisfação popular.

Frente ao iminente colapso do Cruzado o governo lançou, após as eleições, o Cruzado II para conter a demanda, equilibrar as contas externas e as contas do setor público, a partir de um descongelamento com elevação dos preços de alguns itens em mais de 120%. Se o congelamento tivesse sido feito sobre os preços ajustados e por um período menor de tempo, provavelmente ao se descongelar não seria necessária a elevação de preços nos níveis observados, que provocaram uma total desarticulação do Plano.

O gatilho salarial detonava todo o mês e a taxa de inflação aumentou rapidamente alimentado também à insatisfação do povo Brasileiro. A substituição do Ministro da Fazenda e a adoção de um novo Plano de Estabilização encerraram o Cruzado. Era o fim de um Plano que trouxe muitas expectativas, mas que nasceu com problemas estruturais, os quais não receberam a devida atenção do governo no momento certo.

Referências Bibliográficas

- **ABREU, M. de (org.). A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana. 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.**
- **ALCINO, M. e FONSECA, R. O Processo Inflacionário: análise da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.**
- **BAER, W. Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1995.**
- **LOPES, F. O Desafio da Hiperinflação: em busca da moeda real. Rio de Janeiro: Campus, 1989.**
- **MARQUES, M. S. B. O Plano Cruzado: teoria e prática. Revista de Economia Política, vol. 8. n. 3, jul/set, 1988.**
- **MODIANO, E. M. Inflação: inércia e conflito. Rio de Janeiro: Campus, IMPES/IPEA, 1988.**
- **MODIANO, E. M. Da Inflação ao Cruzado: a política econômica no primeiro ano da nova republica. Rio de Janeiro: Campus, 1986.**
- **MORAES, P. B. A Condução da Política Monetária Durante o Plano Cruzado. Revista de Economia Política, vol. 10, n. 2, abr/jun, 1990.**

- **PAULANI, L. et al. O Heterodoxo e o Pós-Moderno: O cruzado em conflito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.**
- **PELÁEZ, C. M. O Cruzado e o Austral: análise das reformas monetárias do Brasil e da Argentina. São Paulo: Atlas, 1986.**
- **RAMOS, C. A. Agricultura e Inflação: a abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: BNDES, 1986.**
- **REGO, J. M. (org.). Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.**
- **SALOMÃO, M. Política Econômica no Brasil: inflação até quando? Curitiba: Linarth, 1989.**
- **SENNA, J. J. Tempos de Incerteza: a economia brasileira nos anos 80. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.**